



**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)  
 **PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

O Governo apresentou, no dia 7 de fevereiro de 2017, o Programa de Valorização das Áreas Empresariais que, segundo as notas informativas veiculadas pelo site oficial do então Ministério do Planeamento e Infraestruturas, “tem como objetivo reforçar a Competitividade das Empresas, Potenciar a criação de Emprego e Aumentar as Exportações”.

Do Plano em causa, que visava intervenções em vias rodoviárias, constavam as seguintes intervenções:

Ligação do Parque de Negócios de Escariz - Arouca à A32 | Sta. Maria da Feira;

Ligação à Área Industrial de Fontiscos | Santo Tirso;

Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca | Felgueiras à A11;

Ligação do Parque Empresarial de Formariz | Paredes de Coura à A3;

Ligação do Parque Empresarial de Lanheses à ER305;

Via de Acesso ao Avepark em Guimarães - Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas | Espaço Industrial de Gandra;

Melhoria das Acessibilidades às Áreas de Localização Empresarial de Famalicão Sul | Ribeirão e Lousado;

Melhoria das Acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras | Castelo de Paiva;

Acessibilidades ao Parque Industrial do Mundão | Sátão;

Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos | Entroncamento, Golegã, Torres Novas;

Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114;

Melhoria das Acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior;

Algumas das ligações aqui previstas continuam a aguardar pela intervenção anunciada. Há autarcas do interior do país que, depois do anúncio feito, recuperaram a esperança de conseguir dar uma nova dinâmica às suas áreas empresariais. Contudo, no terreno, não se vislumbram quaisquer intervenções o que leva a que todas as perspetivas de melhoria do emprego ou da

capacidade exportadora das empresas não passe de uma miragem.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, por intermédio de Vossa Excelência, que nos termos e fundamentos que antecedem nos possam responder às seguintes perguntas:

**1 – Quantas das intervenções programadas pelo Programa de Valorização das Áreas Empresariais estão concluídas e ao serviço das pessoas e das empresas?**

**2 – Qual o estado em que se encontra cada uma das intervenções perspectivadas?**

**3 – Uma das acessibilidades aqui prevista – entre o parque industrial do Mundão e o Sátão – sendo uma área do interior do país que aguarda esta intervenção há anos, continua sem qualquer intervenção. Quando estará concluída esta obra?**

**4 – O PNI 2030 prevê a criação de um novo mecanismo para melhoria das acessibilidades entre áreas industriais. Quantas intervenções serão contempladas por esse novo programa e dessas quantas serão no interior?**

Palácio de São Bento, 21 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)